



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

COMISSÃO DE URBANISMO, TRANSPORTE, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 077/2022

1 - RELATÓRIO

De iniciativa do vereador Avelino Ribeiro da Cruz, vem a exame destas Comissões o Projeto de Lei de nº 077/2022, que *"Acrescenta inciso VII ao art. 3º da Lei Municipal nº 3.004, de 17 de fevereiro de 2012, que Dispõe sobre as vagas de estacionamento destinadas exclusivamente a veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida"*.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

No procedimento prévio de controle de constitucionalidade, função primordial da Comissão de Legislação e Justiça, estruturado no âmbito da produção legislativa municipal, de um modo geral, aprecia-se a legalidade e constitucionalidade do projeto de lei sobre três perspectivas elementares:

- I) a matéria legislativa proposta deve se encontrar entre aquelas autorizadas pela CF/88 aos Municípios;
- II) se foi respeitada a rígida observância das preferências quanto à iniciativa para proposição prevista pela ordem jurídico constitucional;
- II) a possibilidade de violação por parte da matéria legislativa proposta à direitos fundamentais ou instituições tuteladas por regras ou princípios constitucionais.

Diante destas condicionantes, tem-se que o tema tratado na proposição está dentro da competência legislativa do município haja vista ser de interesse local, todavia, o projeto de lei em análise sob o aspecto da iniciativa está eivado de vício fato que o obstaculiza a sua tramitação.

É indiscutível que a iniciativa de Lei que trata da matéria versada no Projeto de Lei é de competência exclusiva do Chefe do Executivo nos termos do art. 51 da Lei Orgânica do Município de Ipatinga.

Art. 51 - Compete, privativamente, ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

- I - criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica;
- II - fixação ou aumento de remuneração dos servidores;
- III - regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores;
- IV - organização administrativa e matéria orçamentária;



CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA
ESTADO DE MINAS GERAIS

(Alteração pela Emenda a LOM nº 24, de 17/08/11).

V - criação da Guarda Municipal e a fixação ou modificação de seus efetivos.

Para não ocorrer dúvidas, necessário trazer à baila o conceito de Organização Administrativa, que é a estruturação das pessoas, entidades e órgãos que irão desempenhar as funções administrativas.

A nível municipal tal encargo está nas mãos do Prefeito Municipal, que atuará nesse campo com absoluta independência. Sobre o tema ensina Hely Lopes Meirelles:

Em princípio, o prefeito pode praticar os atos de administração ordinária independentemente de autorização especial da Câmara. Por atos de administração ordinária entendem-se todos aqueles que visem à conservação, ampliação ou aperfeiçoamento dos bens, rendas ou serviços públicos. Advirta-se, ainda, que, para atividades próprias e privativas da função executiva, como realizar obras e serviços municipais, para prover cargos e movimentar o funcionalismo da Prefeitura e demais atribuições inerentes à chefia do governo local, não pode a Câmara condicioná-las à sua aprovação, nem estabelecer normas aniquiladoras dessa faculdade administrativa, sob pena de incidir inconstitucionalidade, por ofensa a prerrogativas do prefeito.

A posição da mais Alta Corte do Poder Judiciário é no sentido de resguardar essa prerrogativa, *in verbis*:

RESERVA DE ADMINISTRAÇÃO E SEPARAÇÃO DE PODERES.

- O princípio constitucional da reserva de administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo. É que, em tais matérias, o Legislativo não se qualifica como instância de revisão dos atos administrativos emanados do Poder Executivo. Precedentes. Não cabe, desse modo, ao Poder Legislativo, sob pena de grave desrespeito ao postulado da separação de poderes, desconstituir, por lei, atos de caráter administrativo que tenham sido editados pelo Poder Executivo, no estrito desempenho de suas privativas atribuições institucionais. Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgredir o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação ultra vires do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais” (STF, ADI-MC 2.364-AL, Tribunal Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, 01-08-2001, DJ 14-12-2001, p. 23).

Diante do latente vício de iniciativa, a Comissão Permanente de Legislação e Justiça contata obstáculo para a tramitação da matéria, todavia, nos termos do Regimento Interno deste Poder Legislativo, art. 98, esse parecer poderá ser levado ao plenário para a sua apreciação.

Caso, o plenário deste Poder Legislativo, por 2/3 dos seus membros, decida derrubar o presente parecer, opina a Comissão Permanente de Urbanismo, Transporte, Trânsito e Meio Ambiente pela sua aprovação.



3- CONCLUSÃO:

Diante do exposto, a Comissão Permanente de Legislação e Justiça opina pela ilegalidade da matéria e, caso, seja este rejeitado, a Comissão Permanente de Urbanismo, Transporte, Transito e Meio Ambiente pela a sua aprovação no tocante ao mérito.

Plenário Elísio Felipe Reyder, 12 de abril de 2022.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Werley Glicério Furbino de Araujo
Presidente

João Francisco Bastos
Vice-Presidente

Fernando Ratzke
Relator

COMISSÃO DE URBANISMO, TRANSPORTE, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

Adiel Fernandes de Oliveira
Presidente

Werley Glicério Furbino de Araujo
Vice-Presidente

José dos Santos Reis
Relator